

Banco Volvo (Brasil) S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas do
Conglomerado Prudencial
Referentes ao Semestre Findo em
30 de Junho de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Administradores do
Banco Volvo (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Volvo (Brasil) S.A. ("Banco Volvo") e de suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional - CMN e pelas regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN, descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Volvo (Brasil) S.A. e de suas controladas em 30 de junho de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280/13 do CMN e nas regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco Volvo e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Volvo foram elaboradas pela sua Administração para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN e as regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria, sem ressalva, datado de 24 de agosto de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A Administração do Banco Volvo é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/13 do CMN e as regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco Volvo e suas controladas continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco Volvo e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco Volvo e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/13 e das regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco Volvo e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco Volvo e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco Volvo e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 25 de setembro de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR


João Paulo Stellfeld Passos
Contador
CRC nº 1 PR 053072/O-7

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas explicativas	31/12/2019		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas explicativas	31/12/2019	
		30/06/2020	Reapresentado			30/06/2020	Reapresentado
CIRCULANTE		<u>2.437.971</u>	<u>2.123.837</u>	CIRCULANTE		<u>1.798.953</u>	<u>1.394.659</u>
Caixa e equivalentes de caixa:				Depósitos:	10	<u>310.990</u>	-
Disponibilidades	3	<u>461.359</u>	<u>137.830</u>	Depósitos a prazo		<u>1.129</u>	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3	<u>454.489</u>	<u>100.171</u>	Depósitos interfinanceiros		<u>309.861</u>	-
Títulos e valores mobiliários:	4	<u>17.678</u>	<u>14.384</u>	Obrigações por empréstimos:		<u>643.643</u>	<u>594.280</u>
Carteira Própria		<u>17.678</u>	<u>14.384</u>	Empréstimos no exterior	11	<u>643.643</u>	<u>594.280</u>
Operações de crédito:	5	<u>1.939.972</u>	<u>1.955.139</u>	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais:		<u>724.814</u>	<u>720.167</u>
Operações de crédito - Setor privado		<u>1.985.542</u>	<u>1.993.823</u>	FINAME	12	<u>724.814</u>	<u>720.167</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		<u>(45.570)</u>	<u>(38.684)</u>	Provisões:		<u>119.506</u>	<u>80.212</u>
Operações de arrendamento mercantil:	5	<u>85</u>	<u>1.740</u>	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		-	<u>890</u>
Operações de arrend. operacional a receber				Sociais e Estatutárias		<u>1.351</u>	<u>1.703</u>
Setor privado		<u>2.137</u>	<u>10.991</u>	Fiscais e previdenciárias	13.a)	<u>60.700</u>	<u>19.295</u>
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		<u>(2.052)</u>	<u>(9.251)</u>	Diversas	13.b)	<u>57.455</u>	<u>58.324</u>
Outros créditos:		<u>17.359</u>	<u>12.425</u>	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		<u>2.816.247</u>	<u>2.673.084</u>
Diversos	6	<u>17.359</u>	<u>12.425</u>	Depósitos:	10	<u>77.937</u>	<u>3.056</u>
Outros valores e bens:	7	<u>1.518</u>	<u>2.319</u>	Depósitos a prazo		<u>1.723</u>	<u>3.056</u>
Outros valores e bens		<u>1.445</u>	<u>1.935</u>	Depósitos interfinanceiros		<u>76.214</u>	-
Despesas antecipadas		<u>73</u>	<u>384</u>	Obrigações por empréstimos:		<u>1.368.395</u>	<u>1.485.813</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>3.326.800</u>	<u>3.002.256</u>	Empréstimos no exterior	11	<u>1.368.395</u>	<u>1.485.813</u>
Títulos e valores mobiliários:		<u>32.721</u>	<u>18.398</u>	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais:		<u>1.311.406</u>	<u>1.113.723</u>
Carteira Própria		<u>32.721</u>	<u>18.398</u>	FINAME	12	<u>1.311.406</u>	<u>1.113.723</u>
Operações de crédito:	5	<u>3.179.970</u>	<u>2.875.454</u>	Provisões:		<u>58.509</u>	<u>70.492</u>
Operações de crédito - Setor privado		<u>3.254.686</u>	<u>2.932.342</u>	Fiscais e previdenciárias	13.a)	<u>11.757</u>	<u>25.876</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		<u>(74.716)</u>	<u>(56.888)</u>	Diversas	13.b)	<u>46.752</u>	<u>44.616</u>
Operações de arrendamento mercantil	5	-	-	Resultados de exercícios futuros	2.1.o)	<u>6.110</u>	<u>7.822</u>
Operações de arrend. operacional a receber:				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	<u>1.164.626</u>	<u>1.112.066</u>
Setor privado		<u>2.956</u>	<u>4.005</u>	Capital - domiciliados no exterior		<u>827.877</u>	<u>827.877</u>
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		<u>(2.956)</u>	<u>(4.005)</u>	Reserva de capital		<u>73</u>	<u>73</u>
Outros créditos:		<u>114.036</u>	<u>108.337</u>	Reserva de lucros		<u>336.676</u>	<u>284.116</u>
Tributos diferidos	14.b)	<u>80.855</u>	<u>71.253</u>				
Diversos	6	<u>33.181</u>	<u>37.084</u>				
Outros valores e bens:	7	<u>73</u>	<u>67</u>				
Despesas antecipadas		<u>73</u>	<u>67</u>				
PERMANENTE		<u>21.165</u>	<u>61.538</u>				
Investimentos:		<u>9.192</u>	<u>9.384</u>				
Participações em controladas - No País	8	<u>1.204</u>	<u>1.660</u>				
Outros investimentos		<u>7.988</u>	<u>7.724</u>				
Imobilizado de uso:		<u>246</u>	<u>286</u>				
Outras imobilizações de uso		<u>1.141</u>	<u>1.141</u>				
Depreciações acumuladas		<u>(895)</u>	<u>(855)</u>				
Imobilizado de arrendamento:	9	<u>5.827</u>	<u>45.464</u>				
Bens arrendados		<u>6.640</u>	<u>74.414</u>				
Depreciação acumulada		<u>(813)</u>	<u>(28.950)</u>				
Diferido:		<u>223</u>	<u>251</u>				
Perdas em arrendamento a amortizar e outros		<u>548</u>	<u>547</u>				
Amortizações acumuladas		<u>(325)</u>	<u>(296)</u>				
Intangível:		<u>5.677</u>	<u>6.153</u>				
Ativos intangíveis		<u>8.716</u>	<u>8.477</u>				
Amortizações acumuladas		<u>(3.039)</u>	<u>(2.324)</u>				
TOTAL DO ATIVO		<u>5.785.936</u>	<u>5.187.631</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>5.785.936</u>	<u>5.187.631</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas explicativas	30/06/2020	30/06/2019 Reapresentado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		285.614	239.889
Operações de crédito		272.908	222.483
Operações de arrendamento mercantil		8.096	15.029
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.610	2.377
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(181.350)	(117.666)
Operações de captação no mercado		(6.874)	(327)
Operações de empréstimos e repasses		(133.593)	(99.453)
Operações de arrendamento mercantil		(6.639)	(9.975)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(34.244)	(7.911)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		104.264	122.223
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(11.445)	(21.535)
Receitas de prestação de serviços	17.a)	54.136	49.278
Despesas de pessoal		(18.342)	(18.996)
Despesas gerais e administrativas	16	(33.785)	(40.273)
Despesas tributárias		(13.688)	(12.388)
Resultado de participações em controladas	8	(456)	(625)
Outras receitas operacionais	17.b)	4.806	5.870
Outras despesas operacionais	18	(4.116)	(4.401)
RESULTADO OPERACIONAL		92.819	100.688
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		188	419
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		93.007	101.107
Provisão para imposto de renda e contribuição social	14.a)	(39.053)	(38.995)
Provisão para imposto de renda		(36.905)	(14.678)
Provisão para contribuição social		(25.967)	(7.217)
IR/CS diferidos		23.819	(17.100)
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO		(1.394)	(1.320)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		52.560	60.792
Quantidade de ações no final do semestre		<u>7.665.071.654</u>	<u>7.189.666.600</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	52.560	60.792
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	<u>52.560</u>	<u>60.792</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS SEMESTRE FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital realizado	Aumento de capital	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Legal	Outras		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	728.843	47.685	73	32.353	165.234	-	974.188
Aprovação de aumento de capital	47.685	(47.685)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	60.792	60.792
Destinações do lucro:							
Reserva de lucros	-	-	-	3.040	57.752	(60.792)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019	<u>776.528</u>	<u>-</u>	<u>73</u>	<u>35.393</u>	<u>222.986</u>	<u>-</u>	<u>1.034.980</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	776.528	51.349	73	39.700	244.416	-	1.112.066
Aprovação de aumento de capital	51.349	(51.349)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	52.560	52.560
Destinações do lucro:							
Reserva de lucros	-	-	-	2.628	49.932	(52.560)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020	<u>827.877</u>	<u>-</u>	<u>73</u>	<u>42.328</u>	<u>294.348</u>	<u>-</u>	<u>1.164.626</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)**

	30/06/2020	30/06/2019
		Reapresentado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	93.007	101.107
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos:		
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	34.244	7.911
Depreciações e amortizações	3.686	5.925
Provisão para passivos contingentes e perdas nos grupos de consórcio	1.162	1.750
Ajuste ao valor de mercado de investimentos	(263)	(390)
Resultado de participação em controladas	456	625
Participação nos lucros	(1.394)	(1.320)
	<u>130.898</u>	<u>115.608</u>
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento (redução) de títulos e valores mobiliários	(17.617)	14.370
Operações de crédito e arrendamento mercantil	(321.938)	(464.904)
Outros créditos	(10.633)	13.118
Outros valores e bens	794	111
Outras obrigações	3.246	9.809
Resultados de exercícios futuros	(1.712)	(2.053)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16.150)	(14.685)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(233.112)</u>	<u>(328.626)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de imobilizado de uso	-	(3)
Aquisição de intangível/diferido	(240)	(737)
Aquisição de imobilizado de arrendamento	-	(1.416)
Alienação de imobilizado de arrendamento	36.735	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>36.495</u>	<u>(2.156)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento (redução) em depósitos	385.871	(731)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos e repasses	134.275	453.902
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>520.146</u>	<u>453.171</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u><u>323.529</u></u>	<u><u>122.389</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	137.830	52.360
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	461.359	174.749

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (em milhares de reais)

Aos acionistas e clientes:

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, apresentamos as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2020, bem como o parecer do auditor independente.

Patrimônio líquido: O patrimônio líquido do Banco Volvo (Brasil) S.A. - Conglomerado Prudencial, em 30 de junho de 2020, é de R\$1.164.626 (R\$1.112.066 em 31 de dezembro de 2019) e o resultado do semestre foi um lucro líquido de R\$52.560 (R\$60.792 em 30 de junho de 2019).

Agradecemos aos acionistas, clientes e funcionários pela colaboração e apoio demonstrado durante o semestre.

Curitiba, 25 de setembro de 2020.

A DIRETORIA

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Volvo (Brasil) S.A. - Conglomerado Prudencial ("Banco Volvo"), com sede na cidade de Curitiba - PR, compreende as seguintes entidades: Banco Volvo (Brasil) S.A. (Instituição líder) e Volvo Administradora de Consórcio Ltda. ("Consórcio"). Atua, principalmente, em operações de crédito voltadas ao financiamento de veículos e administração de grupos de consórcio de caminhões, ônibus e equipamentos de construção da marca Volvo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras do Banco Volvo S.A. Conglomerado Prudencial foram elaboradas de acordo com a Resoluções CMN nº 4.280/2013, CMN nº 4.517/2016 e Circular nº 3.701/2014, que determina as entidades que devem compor o escopo de consolidação desse Conglomerado, restringindo-se às instituições financeiras assemelhadas.

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco Volvo. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$mil). Em 25 de setembro de 2020, a Diretoria Executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las a partir desta data.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco Volvo na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos aprovados pelo BACEN:

- Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.
- Resolução CMN nº 4.720/19 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Resolução CMN nº 4.636/18 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.
- Resolução CMN nº 3.989/11 - CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações.
- Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.
- Resolução CMN nº 3.973/11 - CPC 24 - Evento Subsequente.
- Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- Resolução CMN nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).
- Resolução CMN nº 4.748/19 - CPC 46 - Mensuração do Valor Justo.

- Resolução CMN nº 4.818/20 - CPC 41 - Resultado por Ação.
- Resolução CMN nº 4.424/15 - Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

b) Consolidação

Conforme determinado no artigo 1º, da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional (CMN), as demonstrações financeiras do Banco Volvo S.A. - Conglomerado Prudencial abrangem a consolidação da Volvo Administradora de Consórcio Ltda., localizada no país sobre a qual o Banco detém controle direto. Em consonância com a referida norma, a controlada Volvo Corretora de Seguros, Administração e Serviços (Brasil) Ltda. não faz parte do escopo dessa consolidação.

Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

2.1. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado, de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Adicionalmente, as receitas e despesas foram reconhecidas segundo a Portaria MF no. 140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no período.
- Ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.
- Os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

b) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IR e contribuição social - CSLL é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 e regulamentação complementar, em 30 de junho de 2002, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente a valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido.

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

f) Operações de crédito, arrendamento mercantil financeiro, depósitos a prazo e interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses

As operações prefixadas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta rendas/despesas a apropriar, e as operações pós-fixadas, pelo valor presente, atualizadas "pro rata temporis" até a data do balanço.

g) Operações de arrendamento mercantil operacional

As operações de arrendamento foram demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento.

As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais a vencer, as quais são apropriadas ao resultado nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84.

h) Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados na carteira.

Em conformidade com a Resolução no. 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, a instituição classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor. A classificação considerou a qualidade do devedor e da operação, incluindo aspectos tais como: fluxo de caixa, situação econômico-financeira do devedor e setor, grau de endividamento, administração, histórico do devedor, garantias, eventuais atrasos, entre outros.

A referida Resolução requer que seja constituída provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa equivalente, no mínimo, ao total produzido pela aplicação de percentuais específicos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data de renegociação. Para aquelas que se enquadrem nos requisitos da Resolução nº 4.803/20 emitida pelo CMN estão sendo mantidas no mesmo nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020.

i) Investimentos

Os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos foram registrados ao valor de custo, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear e considera as seguintes taxas anuais de vida útil: 10% para móveis e equipamentos e 20% para sistema de processamento de dados e sistema de transporte.

k) Imobilizado de arrendamento

É demonstrado ao custo e reduzido pela depreciação acumulada que, quando aplicável, é calculada de forma acelerada e, segundo determinação da Portaria MF nº 140/84, com redução de 30% da vida útil.

l) Ativo diferido e intangível

Composto, substancialmente, de gastos logiciais demonstrados pelo custo e amortizados pelo método linear à taxa de vida útil de 20% ao ano. De acordo com a Resolução CMN nº 3.617, de 30 de setembro de 2008, os saldos existentes no ativo diferido antes da entrada em vigor desta Resolução podem ser mantidos até a sua efetiva baixa. Novos gastos foram contabilizados no ativo intangível, a partir desta data.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Na avaliação da Administração não houve indícios de perda por "impairment" no semestre findo em 30 de junho de 2020.

n) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

o) Resultados de exercícios futuros

Referem-se a receitas de juros recebidos, antecipadamente, na liberação de créditos subsidiados pela montadora Volvo do Brasil Veículos Ltda. e concessionárias, reconhecidas como resultados de exercícios futuros, no montante de R\$6.110 (2019 - R\$7.822), as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo contratual das respectivas operações classificadas em "Receitas da intermediação financeira", na rubrica "Operações de Crédito", cujo montante em 30 de junho de 2020 era de R\$3.272 (em 30 de junho de 2019 - R\$3.228), e pelas parcelas do lucro obtido nas operações de cessão de crédito, ocorridas nos exercícios de 2010 a 2014.

p) Benefícios a empregados

O Banco opera com plano de pensão exclusivo, a cargo da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada. O plano é financiado por pagamentos proporcionais, de acordo com os cálculos atualizados anualmente. O Banco tem apenas plano de contribuição definida.

O Banco faz contribuições para o plano privado, de forma contratual. O Banco não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

q) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis; (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes e perdas nos grupos de consórcio; (v) créditos tributários; (vi) créditos de liquidação duvidosa. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

r) Efeitos da reapresentação dos saldos comparativos

A Resolução CMN nº 4.720/19 e seus normativos complementares alteraram, a partir de 1º de janeiro de 2020, os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras até então vigentes. Com base na referida Resolução e na Circular Bacen nº 3.959/19, o Banco Volvo realizou reclassificações no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 atendendo à respectiva Circular, dentre as quais destacamos:

31/12/2019	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO	4.997.003	(184)	4.996.819
CIRCULANTE	2.001.997	(14.619)	1.987.378
Operações de crédito	1.951.521	3.618	1.955.139
Operações de crédito - setor privado	1.990.166	3.657	1.993.823
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(38.645)	(39)	(38.684)
Operações de arrendamento mercantil	(104)	104	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(104)	104	-
Outros créditos	50.580	(18.341)	32.239
Diversos	50.580	(18.341)	32.239
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.939.628	24.349	2.963.977
Operações de crédito	2.869.446	6.008	2.875.454
Operações de crédito - Setor privado	2.926.269	6.073	2.932.342
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(56.823)	(65)	(56.888)
Outros créditos	70.182	18.341	88.523
Tributos diferidos	-	71.253	71.253
Diversos	70.182	(52.912)	17.270
PERMANENTE	55.378	(9.914)	45.464
Imobilizado de arrendamento	55.378	(9.914)	45.464
Bens arrendados	85.802	(11.388)	74.414
Depreciações acumuladas	(30.424)	1.474	(28.950)
PASSIVO	123.493	(184)	123.309
CIRCULANTE	113.418	(15.985)	97.433
Provisões	113.418	(15.985)	97.433
Diversas	78.322	(184)	78.138
Fiscais e previdenciárias	35.096	(15.801)	19.295
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	10.075	15.801	25.876
Provisões	10.075	15.801	25.876
Fiscais e previdenciárias	10.075	15.801	25.876
30/06/2019	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	241.312	(3.800)	237.512
Operações de crédito	222.143	340	222.483
Operações de arrendamento mercantil	19.169	(4.140)	15.029
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(13.775)	3.800	(9.975)
Operações de arrendamento mercantil	(13.775)	3.800	(9.975)
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
Depreciações e amortizações	7.921	(1.996)	5.925
Insuficiência de depreciação	275	(275)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	8.196	(2.271)	5.925
Aquisição de imobilizado de arrendamento	(3.687)	2.271	(1.416)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.687)	2.271	(1.416)

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Disponibilidades	6.870	37.659
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	<u>454.489</u>	<u>100.171</u>
Total	<u>461.359</u>	<u>137.830</u>

(i) Referem-se à aplicações realizadas pelo Banco em Depósitos Interfinanceiros, remunerados à taxa média de 100% do CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira

<u>Tipo de aplicação</u>	Remuneração anual média - %	Valor de mercado	
		<u>2020</u>	<u>2019</u>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	5,57	32.721	18.398
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	5,02	<u>17.678</u>	<u>14.384</u>
Total		<u>50.399</u>	<u>32.782</u>

b) Abertura da carteira de títulos e valores mobiliários

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Títulos disponíveis para venda	<u>50.399</u>	<u>32.782</u>

Os títulos disponíveis para venda são representados por aplicações financeiras em títulos públicos federais (LTN) e CDB com remuneração vinculada à variação do Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com os seguintes vencimentos:

	<u>2020 Valor de mercado</u>	<u>2019 Valor de mercado</u>
A vencer em até 12 meses	17.678	14.384
A vencer acima de 12 meses	<u>32.721</u>	<u>18.398</u>
Total	<u>50.399</u>	<u>32.782</u>

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Operações de arrendamento a receber

A carteira de arrendamento a receber, demonstrada pelo valor presente, é composta pelos seguintes saldos:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Arrendamento financeiro a receber	8.949	9.914
Credores por antecipação de valor residual	<u>(116)</u>	<u>(184)</u>
Total de arrendamento financeiro a receber, pelo valor presente	<u>8.833</u>	<u>9.730</u>

Os valores demonstrados nos quadros a seguir, referentes a arrendamentos a receber, estão demonstrados pelo valor presente das operações.

As operações de arrendamento financeiro têm cláusulas de opção de compra, de taxas de juros prefixadas e de seguros dos bens objetos de arrendamento, em favor do arrendador.

b) Composição da carteira de crédito por tipo de operação

Operações de crédito e arrendamento mercantil

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Finame - repasses	2.049.167	1.839.144
Financiamento prefixado	2.870.779	2.603.041
Empréstimos de capital de giro	195.136	115.179
Financiamentos a concessionárias	116.313	359.071
Arrendamento financeiro (nota explicativa nº 4.a))	8.833	9.730
Total	<u>5.240.228</u>	<u>4.926.165</u>

c) Diversificação da carteira de crédito e arrendamento mercantil por ramo de atividade econômica

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Indústria:		
Química e petroquímica	19.997	19.383
Extração mineral	93.835	102.540
Alimentícia, bebidas e tabaco	108.564	115.231
Madeira e móveis	44.137	33.210
Construção e imobiliário	40.104	33.917
Outros	23.527	21.314
	<u>330.164</u>	<u>325.595</u>
Comércio	655.120	847.186
Serviços:		
Transporte rodoviário (mercadorias e passageiros)	3.663.022	3.218.285
Construção civil	195.899	165.679
Agricultura, avicultura e agropecuária	55.953	64.782
Outros	197.053	191.438
	<u>4.111.927</u>	<u>3.640.184</u>
Pessoa física	143.017	113.200
Total da carteira	<u>5.240.228</u>	<u>4.926.165</u>

d) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil por níveis de risco

Níveis de risco	2020			2019	
	Créditos em dia	Créditos com atraso inferior a 15 dias	Créditos com atraso igual ou superior a 15 dias	Total	Total
AA	815.561	-	-	815.561	690.359
A	1.576.762	429	51	1.577.242	1.679.700
B	1.785.351	496	806	1.786.653	1.627.909
C	796.227	962	2.536	799.725	787.142
D	167.032	417	3.315	170.764	89.172
E	43.304	339	3.424	47.067	9.940
F	4.051	37	2.036	6.124	1.358
G	1.691	15	989	2.695	19.611
H	30.708	153	3.536	34.397	20.974
Total	<u>5.220.687</u>	<u>2.848</u>	<u>16.693</u>	<u>5.240.228</u>	<u>4.926.165</u>

e) Composição da carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil, e correspondente provisão para riscos de crédito, nos níveis de riscos estabelecidos pelo BACEN

Níveis de risco	Saldos em 30/06/2020	Percentual de provisionamento por nível de risco	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
AA	815.561	0%	-
A	1.577.242	0,50%	7.886
B	1.786.653	1,00%	17.867
C	799.725	3,00%	23.992
D	170.764	10,00%	17.076
E	47.067	30,00%	14.120
F	6.124	50,00%	3.062
G	2.695	70,00%	1.887
H	34.397	100,00%	34.397
Total	<u>5.240.228</u>		<u>120.286</u>

Níveis de risco	Saldos em 31/12/2019	Percentual de provisionamento por nível de risco	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
AA	690.359	0%	-
A	1.679.700	0,50%	8.399
B	1.627.909	1,00%	16.279
C	787.142	3,00%	23.614
D	89.172	10,00%	8.917
E	9.940	30,00%	2.982
F	1.358	50,00%	679
G	19.611	70,00%	13.728
H	20.974	100,00%	20.974
Total	<u>4.926.165</u>		<u>95.572</u>

f) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil por faixa de vencimento das operações

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Parcelas vencidas acima de 15 dias	16.693	15.405
Parcelas vencidas há menos de 15 dias	2.848	3.212
A vencer:		
Até 90 dias	514.332	646.667
De 91 a 360 dias	1.451.669	1.328.539
Acima de 360 dias	<u>3.254.686</u>	<u>2.932.342</u>
Total	<u>5.240.228</u>	<u>4.926.165</u>

g) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo no início do semestre/exercício	95.572	85.957
Constituição (reversão) de provisão	34.244	29.147
Baixa de créditos incobráveis	<u>(9.530)</u>	<u>(19.532)</u>
Saldo no fim do semestre/exercício	<u>120.286</u>	<u>95.572</u>
Recuperação de créditos baixados	8.855	25.349

h) Operações de crédito renegociadas

O montante de operações de crédito renegociadas do Banco Volvo durante o semestre findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$2.590.344 decorrente da epidemia do Coronavírus (Covid-19), dos quais R\$1.430.069 referentes ao programa de "Refin BNDES" e R\$1.160.275 referente a operações de CDC. Em 2019, ante aos efeitos do Covid, o montante de operações renegociadas foi de R\$29.646.

6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	<u>2020</u>	<u>2019</u> <u>Reapresentado</u>
Circulante:		
Impostos a recuperar	12.193	6.526
Valores a receber ligadas	1.250	2.251
Outros créditos	<u>3.916</u>	<u>3.648</u>
	<u>17.359</u>	<u>12.425</u>
Realizável a longo prazo:		
Valores pendentes de recebimento (a)	21.273	19.814
Depósitos judiciais	11.737	11.650
Impostos a recuperar	<u>171</u>	<u>5.620</u>
	<u>33.181</u>	<u>37.084</u>
Total	<u>50.540</u>	<u>49.509</u>

(a) Refere-se a recursos ainda pendentes de recebimento dos grupo de consórcio em cobrança judicial, os quais serão rateados aos grupos quando de seu recebimento efetivo.

7. OUTROS VALORES E BENS - CURTO E LONGO PRAZOS

Referem-se a bens não de uso próprio, correspondente à recuperação de veículos financiados e a despesas pagas antecipadamente relacionadas à contratação de carta de fiança e a despesas com contratos de arrendamento mercantil.

8. INVESTIMENTOS

a) Demonstração dos investimentos

Volvo Corretora de Seguros, Administração e Serviços (Brasil) Ltda.

Quotas possuídas	9.999
Participação no capital social e votante	99,99%
Patrimônio líquido	1.204
Prejuízo do semestre	(456)
Saldo contábil do investimento	1.204
Equivalência patrimonial do semestre	(456)

b) Movimentação dos investimentos

Volvo Corretora de Seguros, Administração e Serviços (Brasil) Ltda.

Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.344
Ajuste de equivalência patrimonial	<u>(625)</u>
Saldos em 30 de junho de 2019	<u>1.719</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.660
Ajuste de equivalência patrimonial	<u>(456)</u>
Saldos em 30 de junho de 2020	<u>1.204</u>

9. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

O imobilizado de arrendamento é composto como segue:

<u>Bens arrendados</u>	Taxa média anual de depreciação	2020		
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Total</u>
Veículos	35,3%	<u>6.640</u>	<u>(813)</u>	<u>5.827</u>
Total		<u>6.640</u>	<u>(813)</u>	<u>5.827</u>
<u>Bens arrendados</u>	Taxa média anual de depreciação	2019 (Reapresentado)		
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Total</u>
Veículos	35,3%	<u>74.414</u>	<u>(28.950)</u>	<u>45.464</u>
Total		<u>74.414</u>	<u>(28.950)</u>	<u>45.464</u>

10. DEPÓSITOS

Depósito a prazo indexados ao CDI, com os seguintes vencimentos:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Até 1 ano	310.990	-
De 1 a 3 anos	<u>77.937</u>	<u>3.056</u>
Total	<u>388.927</u>	<u>3.056</u>

A remuneração dos depósitos é variável entre 94% e 100% do CDI.

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Captações de recursos no exterior, com a Volvo Treasury AB sem risco cambial, indexados em reais e com taxas prefixadas de 7,0% a.a. (2019 - 6,8%). Os vencimentos das obrigações por empréstimos são:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Até 1 ano	643.643	594.280
De 1 a 3 anos	<u>1.368.395</u>	<u>1.485.813</u>
Total	<u>2.012.038</u>	<u>2.080.093</u>

12. OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS

Recursos do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME, sujeitos a encargos contratuais pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, Taxa de Longo Prazo - TLP ou Selic, acrescidas de juros e recursos com taxas prefixadas, variando de 0% a 7,51% a.a. (2019 - 0,8% a 19,8%), com os seguintes vencimentos:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Até 1 ano	724.814	720.167
De 1 a 3 anos	950.050	840.680
De 3 a 5 anos	348.304	250.901
De 5 a 15 anos	<u>13.052</u>	<u>22.142</u>
Total	<u>2.036.220</u>	<u>1.833.890</u>

Em parte de sua carteira de repasses, o Banco Volvo conta com garantia do Fundo Garantidor de Investimento - FGI, de natureza privada, administrado pelo BNDES, até o limite máximo de 80% da operação. A carteira coberta pelo fundo é de R\$436.352 (R\$275.699 em 2019) O FGI é um fundo destinado a complementar parte das garantias de um financiamento. Os agentes financeiros que utilizam a garantia do FGI são cotistas do fundo na proporção de 0,5% dos valores que pretendem garantir nas operações.

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

a) Fiscais e previdenciárias

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante:		
Provisão para impostos e contribuições sobre lucro	48.845	5.104
Outros impostos e contribuições a recolher	<u>11.855</u>	<u>14.191</u>
	<u>60.700</u>	<u>19.295</u>
Realizável a longo prazo:		
Provisão de IR/CS diferido (i)	1.584	15.801
Provisão para riscos fiscais (ii)	<u>10.173</u>	<u>10.075</u>
	<u>11.757</u>	<u>25.876</u>
Total	<u><u>72.457</u></u>	<u><u>45.171</u></u>

(i) Refere-se à provisão de imposto de renda sobre resultado de superveniência de depreciação dos veículos de arrendamento mercantil, e ajuste da depreciação acelerada dos veículos de arrendamento operacional.

(ii) O Banco é parte envolvida em processos tributários em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos (vide nota 13 (b) e (c)). Este saldo refere-se, principalmente, a ações fiscais nas quais são discutidas as bases de cálculo de IRPJ e CSLL na vigência do plano real.

b) Diversas

	<u>2020</u>	<u>2019</u> Reapresentado
Circulante:		
Provisão para pagamentos a efetuar	23.765	30.446
Recursos a devolver a grupos encerrados (ii)	18.968	16.962
Diversos	<u>14.722</u>	<u>10.916</u>
	<u>57.455</u>	<u>58.324</u>
Realizável a longo prazo:		
Provisão para perdas nos grupos de consórcio (i)	1.296	1.675
Recursos pendentes de recebimento (nota nº 6)	21.273	19.814
Provisão para contingências (iii)	<u>24.183</u>	<u>23.127</u>
	<u>46.752</u>	<u>44.616</u>
Total	<u><u>104.207</u></u>	<u><u>102.940</u></u>

(i) Provisão para perdas para cobrir responsabilidades da Administradora no encerramento de grupos em andamento e valores já aportados em grupos encerrados.

(ii) Representam os recursos a devolver a consorciados desistentes, excluídos e provenientes de rateios de saldos, transferidos para a Administradora e mantidos à disposição dos participantes desses grupos encerrados.

(iii) As obrigações são de natureza cível, em geral, decorrente de revisão de contrato e de indenização para danos morais e materiais.

Perdas possíveis

O Banco Volvo tem ações de natureza tributária, para as quais não há provisão contabilizada, relacionadas a ISS sobre operações de "leasing", envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no valor de R\$25.628 (2019 - R\$25.628).

O Banco Volvo também possui ações de natureza cível (revisonais e/ou indenizatórias), para as quais não há provisão contabilizada, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no valor de R\$1.176 (2019 - R\$1.158).

c) Movimentação da provisão para perdas e para contingências

	Provisão para perdas nos grupos de consórcios	Provisão para contingências	Total
Saldo no início do período	1.675	23.127	24.802
Constituição/ (Reversão) de provisão	112	674	786
Utilização de provisão (líquida de recuperações)	<u>(491)</u>	<u>382</u>	<u>(109)</u>
Saldo no final do período	<u>1.296</u>	<u>24.183</u>	<u>25.479</u>

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Para a demonstração financeira referente ao semestre findo em 30 de junho de 2020, a CSLL foi constituída pela aplicação da alíquota de 20%, decorrente da Emenda

Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL das instituições financeiras, sociedades seguradoras e de capitalização de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de março de 2020.

Com relação a Consórcio, a alíquota de IR é de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$240 no exercício e da CSLL de 9%.

a) Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)

Descrição	2020		2019	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da tributação	93.007	93.007	101.107	101.107
Equivalência patrimonial	455	455	625	625
Adições e exclusões temporárias	<u>54.141</u>	<u>55.963</u>	<u>(30.008)</u>	<u>(30.608)</u>
Participação dos empregados no lucro	(1.394)	(1.394)	(1.320)	(1.320)
Ajuste da depreciação acelerada da carteira de "leasing"	36.471	36.471	(6.877)	(6.877)
Provisão para devedores duvidosos	28.859	28.859	(19.609)	(19.609)
Outras adições e exclusões temporárias	(9.795)	(7.973)	(2.202)	(2.802)
Despesas indedutíveis	65	65	44	44
Compensação de base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal de imposto de renda	<u>-</u>	<u>(170)</u>	<u>(13.007)</u>	<u>(16.229)</u>
Base de cálculo	<u>147.668</u>	<u>149.320</u>	<u>58.761</u>	<u>54.939</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	(36.905)	(25.967)	(14.678)	(7.217)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>13.903</u>	<u>9.916</u>	<u>(9.805)</u>	<u>(7.295)</u>
Diferenças temporárias	6.004	3.631	(4.957)	(3.903)
Ajuste da depreciação acelerada da carteira de "leasing"	7.899	6.319	(1.596)	(958)
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	-	(34)	(3.252)	(2.434)
Total	<u>(23.002)</u>	<u>(16.051)</u>	<u>(24.483)</u>	<u>(14.512)</u>

b) Impostos diferidos

Para o semestre findo de 30 de junho de 2020, o Banco Volvo - Conglomerado Prudencial não possui base negativa de contribuição social (2019 - R\$170) e R\$182.933 (2019 - R\$162.586) de diferenças temporárias, sobre os quais foram contabilizados integralmente, créditos tributários ativos, no montante de R\$80.855 (2019 - R\$71.253). Tais diferenças referem-se substancialmente à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O reconhecimento contábil levou em consideração a realização provável desses tributos a partir de resultados futuros elaborados, com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros anuais futuros, sem prazo de prescrição. Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	Diferenças temporárias e prejuízo fiscal
2020	12.063
2021	17.783
2022	28.238
2023	22.771
Total	80.855

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$78.704 (2019 - R\$67.489), de diferenças temporárias.

c) Movimentação no semestre

	Valor líquido dos créditos	Imposto diferido passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2018	121.399	(10.100)
Créditos tributários constituídos / (utilizados)	(63.030)	1.563
Saldo em 30 de junho de 2019	58.369	(8.537)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	71.253	(15.801)
Créditos tributários constituídos / (utilizados)	9.602	14.217
Saldo em 30 de junho de 2020	80.855	(1.584)

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital

O capital social subscrito e integralizado está representado, em 2020, por 3.832.535.827 ações ordinárias e 3.832.535.827 ações preferenciais (2019 - 3.832.535.827 ações ordinárias e 3.832.535.827 ações preferenciais), todas nominativas sem valor nominal, assim distribuídas entre seus acionistas:

	2020	2019
Volvo Autonomous Solutions AB	99,99%	99,99%
Outros	0,01%	0,01%
Total	100,00%	100,00%

O Estatuto Social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com as disposições da legislação societária, após a compensação dos prejuízos acumulados. As ações preferenciais não têm direito a voto, possuem prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação do Banco e igualdade de direitos com as ações ordinárias nos demais aspectos.

b) Juros sobre o capital próprio e aumento de capital

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Administração do Banco Volvo aprovou, em reunião de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de dezembro de 2019, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$60.410 (2018 - R\$56.101), foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício.

Nessa mesma Assembleia Geral Extraordinária, a acionista controladora decidiu reinvestir os juros sobre o capital próprio no capital social do Banco Volvo, aprovando aumento de capital equivalente ao valor pago dos juros sobre o capital próprio, líquido de IRRF, no montante de R\$51.349 (2018 - R\$47.685), passando o capital social do Banco de R\$776.528 em 31 de dezembro de 2018 para R\$827.877 em 31 de dezembro de 2019, com emissão de 237.702.527 (2018 - 220.743.450) ações ordinárias e de 237.702.527 (2018 - 220.743.450) ações preferenciais, correspondendo a R\$0,10801 (2018 - R\$0,10801) por ação. O aumento de capital social foi aprovado por parte do Banco Central do Brasil em 2 de abril de 2020.

16. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Semestre findo em 30/06/2020	Semestre findo em 30/06/2019
Despesas de cobrança jurídica	3.677	5.704
Despesas com serviços de terceiros	5.106	6.454
Despesas de comissões e campanhas ⁽¹⁾	11.137	15.793
Despesas de promoção e relações públicas	2.937	2.377
Despesas com viagens e transporte	1.487	1.897
Despesas com processamento de dados	5.250	3.202
Despesas com registro de contratos	1.161	870
Outras despesas administrativas	3.030	3.976
Total	<u>33.785</u>	<u>40.273</u>

(1) As despesas com comissões sobre vendas são apropriadas ao resultado conforme condições de elegibilidade a qual considera o recebimento das parcelas dos consorciados às quais estão vinculadas.

17. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

a) Receita de prestação de serviços

Compostas substancialmente pelas receitas de taxa de administração da Consórcio, que no semestre findo em 30 de junho de 2020 montam R\$49.920 (2019 - R\$51.844).

b) Outras receitas operacionais

	<u>Semestre findo em 30/06/2020</u>	<u>Semestre findo em 30/06/2019</u>
Recuperação de despesas	4.054	4.469
Cessão de crédito	1	6
Reversão de provisões operacionais	486	586
Variação monetária ativa	217	424
Outras	48	385
Total	<u><u>4.806</u></u>	<u><u>5.870</u></u>

18. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>Semestre findo em 30/06/2020</u>	<u>Semestre findo em 30/06/2019</u>
Despesas de provisões legais e contingências	786	2.554
Despesas com serviços de terceiros	2.222	1.127
Outras	1.108	720
Total	<u><u>4.116</u></u>	<u><u>4.401</u></u>

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos

As transações realizadas pela instituição, com partes relacionadas, compreendem principalmente aplicações em depósitos interfinanceiros e captações de depósito a prazo, contratadas com taxas e condições praticadas com terceiros e receitas (despesas) administrativas referente a contrato específico de prestação de serviços.

Os saldos destas operações são demonstrados a seguir:

	<u>30/06/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
	<u>Ativos (passivos)</u>	<u>Receitas (despesas)</u>	<u>Ativos (passivos)</u>	<u>Receitas (despesas)</u>
Receitas administrativas:				
Volvo Corretora de Seg., Adm. e Serv. Ltda.	42	252	42	504
Receitas de arrendamento mercantil:				
Lapônia Sudeste Ltda.	-	33.042	-	-
Depósitos a prazo:				
Volvo Corretora de Seg., Adm. e Serv. Ltda.	-	(2)	(253)	(66)
Empréstimos no exterior (nota explicativa nº 11):				
Volvo Treasury AB	(2.012.038)	(69.397)	(2.080.093)	(53.806)
Outros:				
Dipesul Veiculos Ltda.	(89)	-	-	-
Lapônia Sudeste Ltda.	(158)	-	-	-
Despesas administrativas:				
Volvo Financial Services US LLC	-	(86)	-	(9.595)
Volvo do Brasil Veículos Ltda.	(311)	(1.105)	(1.046)	(3.006)
Volvo Information Technology AB	(412)	(991)	(1.779)	(2.086)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

São considerados como pessoal-chave da Administração os funcionários que fazem parte da diretoria. A remuneração paga ou a pagar a estes funcionários está demonstrada a seguir, e refere-se ao montante pago ou a pagar pelos serviços por eles prestados às empresas do conglomerado Volvo Serviços Financeiros - Brasil:

	<u>Semestre findo em 30/06/2020</u>	<u>Semestre findo em 30/06/2019</u>
Salários, honorários e encargos	1.474	1.769
Gratificação	33	484
Planos de aposentadoria e pensão	63	57
Outros	55	58
Total	<u>1.625</u>	<u>2.368</u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2020 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Banco Volvo não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Banco Volvo, Instituição integrante da divisão Volvo Financial Services do Grupo Volvo, gerencia os riscos e incertezas dos seus negócios com base em diretrizes globais e regulamentações locais.

O principal objetivo da gestão de riscos é a identificação e monitoramento de ameaças a que nossos negócios estão sujeitos, principalmente em períodos ou situações desfavoráveis.

Para o Grupo Volvo, gerir riscos é a forma mais eficiente para a manutenção de uma rentabilidade sustentada e positiva.

a.1) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito do Banco Volvo é realizado por uma estrutura, cuja atuação visa controlar e prevenir a exposição das operações da Instituição aos riscos provenientes do não cumprimento de obrigações contratadas pelo tomador de crédito (inadimplência).

a.2) Risco de mercado e risco de liquidez

A estrutura de risco de mercado e de liquidez do Banco Volvo é responsável pelo controle de todo o processo de avaliação das flutuações das condições de mercado e por monitorar o equilíbrio entre pagamentos (passivos) e recebimentos (ativos), através de critérios de cálculo e limites de exposição determinados pela matriz do Grupo, de forma a garantir a capacidade de pagamento da Instituição. Os critérios levam em consideração as diferentes moedas, índices e prazos de liquidação.

a.3) Risco operacional

A estrutura de risco operacional visa proporcionar, além da regularidade com requisitos legais, um alinhamento processual com as diretrizes de controles internos do Grupo. Essa estrutura coordena e auxilia a gestão das ações de análise, identificação e avaliação de controles e processos, planejando ações corretivas e/ou preventivas para mitigar os riscos.

Mais informações sobre a gestão de riscos podem ser obtidas em nosso site, no link: <http://www.vfsc.com.br/pt-br/compliance.html>

a.4) Risco socioambiental

A estrutura de gerenciamento do risco socioambiental tem como objetivo elencar as diretrizes que norteiam as ações que devem ser observadas na comercialização dos produtos e serviços do Banco Volvo, bem como na contratação com fornecedores.

b) Estrutura de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital tem como objetivo garantir que o Banco mantenha níveis adequados de capital para suportar suas operações. A estrutura implementada inclui política, monitoramento periódico da adequação de capital, plano de capital e testes de estresse.

O modelo estabelecido para o funcionamento da estrutura de Gerenciamento de Capital está disponível no endereço: <http://www.vfsc.com.br/pt-br/compliance.html>

22. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

a) Fundo de pensão

A suplementação da aposentadoria dos funcionários está a cargo da Vikingprev - Sociedade de Previdência Privada ("Vikingprev"), uma entidade fechada de previdência complementar, estabelecida sob a forma de sociedade civil de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, da qual a Empresa, por ser uma das patrocinadoras do Plano de Benefícios Previdenciários, é responsável pelo recolhimento das contribuições relativas aos seus empregados, conforme indicadas no plano de custeio anual aprovado no âmbito do Conselho Deliberativo da Vikingprev. A Empresa é patrocinadora da Vikingprev em um único plano de benefícios de caráter previdenciário.

b) Planos de benefícios

A Empresa possui um plano de aposentaria na modalidade de contribuição variável, ou seja, durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício no momento da aposentadoria, ou seja, o valor do benefício depende do valor das contribuições realizadas e também da rentabilidade auferida durante o período de formação das reservas matemáticas. Porém a partir do momento da concessão da aposentadoria por renda mensal vitalícia, o valor do benefício é fixo e passa a ser garantido pelo plano. Durante o exercício, a Empresa contribuiu com R\$756 (2018 - R\$712), referentes a contribuição normal e custeio administrativo.

c) Passivo atuarial

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos em 31 de dezembro está demonstrada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Valor presente das obrigações atuariais	(110.063)	(78.991)
Valor justo dos ativos	<u>150.609</u>	<u>109.308</u>
Situação financeira do plano	<u>40.546</u>	<u>30.317</u>

Os ganhos identificados estão relacionados à rentabilidade dos ativos do plano - diferenças entre as premissas atuariais e o que ocorreu efetivamente, sendo assim considerados ganhos atuariais. Estes ganhos não são reconhecidos pela Empresa, de acordo com o Pronunciamento CPC 33 - Benefícios a empregados.

d) Premissas atuariais

As principais premissas atuariais da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada, no exercício findo em 31 de dezembro são as seguintes:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Hipóteses econômicas</u>		
Taxa de desconto	7,74% a.a. (nominal)	9,53% a.a. (nominal)
Taxa de retorno esperado dos ativos	7,74% a.a. (nominal)	9,53% a.a. (nominal)
Crescimento dos benefícios da Previdência Social e dos limites	4,25% a.a. (nominal)	4,50% a.a. (nominal)
Inflação	4,25% a.a.(nominal)	4,50% a.a. (nominal)
<u>Hipóteses demográficas</u>		
Tábua de mortalidade	AT-2000 Média suavizada em 30%	AT-2000 Média suavizada em 20%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 Média suavizada em 20%	AT-2000 Média suavizada em 20%

23. LIMITE OPERACIONAL (ACORDO DA BASILEIA)

Em 30 de junho de 2020, o Banco Volvo encontrava-se enquadrado nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor.

A partir de 1º de outubro de 2013 a Resolução CMN nº 4.193/13 instituiu nova forma de apuração. O Índice de Basileia, em 30 de junho de 2020, foi apurado em 21,31% (2019 - 21,86%).

O Banco possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 8% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 3.444/07 e nº 3.490/07 do CMN e demais normativos complementares. Ainda, possui PR suficiente para suportar também a exposição referente ao risco de mercado das operações da carteira de não negociação, de acordo com a Circular nº 3.365/07 do BACEN e demais normativos pertinentes.

24. CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Administração avaliou a capacidade de o Banco Volvo continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Embora o desaquecimento econômico decorrente da adoção de medidas de isolamento social para conter a pandemia da Covid-19 tenha atingido diversas empresas no Brasil e no mundo, o Banco Volvo possui capital e liquidez suficientes para suportar eventuais perdas projetadas para os negócios nesse período e nos que se seguem.

Apesar da gravidade e ineditismo da atual conjuntura na história recente, considerando a experiência do Banco Volvo no gerenciamento e monitoramento de riscos, do capital e da liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.
